

Carlos Moura



Ao lado dos cinco colegas que acusam policiais de tortura, Emerson Ferreira mostra sapato e pedaço de roupa abandonados durante fuga dos agressores: sexo forçado e briga

DENÚNCIA DE TORTURA DA PM

Ana Helena Paixão
Da equipe do **Correio**

“**N**os últimos quatro anos, vim para cá umas dez vezes”, afirma o rapaz magricelo, de bigode e cara de poucos amigos. Márcio de Matos Rodrigues, 26 anos, aponta para uma área de cerrado, cortada por um córrego (mais conhecido como Banheira do Gugu). O descampado fica em frente a uma Florestal da Universidade de Brasília (UnB).

Márcio guarda na memória cenas de violência que eram atribuídas somente à polícia corrupta do Entorno. O rapaz denuncia

a prática de tortura realizada por PMs de Brasília.

Márcio e mais cinco jovens de baixa renda, moradores da Candangolândia, não escondem a familiaridade com o lugar. Também não escondem o medo. Ali, no meio do nada, sem ninguém para ouvi-los, os seis rapazes passaram por horas de violência. Foram espancados e forçados a brigar entre si. Tiveram de manter relações sexuais no meio do mato. Passaram por tortura, o que inclui ter as solas dos pés deformadas por pancadas dadas com pedaços de madeira, sobreviver a tentativas de afogamentos no riacho e correr sob saraivadas de tiros e pedras.

Todos têm antecedentes criminais por furtos, pequenos delitos e uso de entorpecentes. Apenas Márcio ficou preso, durante um ano e meio, por tráfico de drogas e porte ilegal de arma. Hoje, ele presta serviços à comunidade da Candangolândia. Nem sempre os rapazes eram perseguidos por causa de algum delito. “Éramos conhecidos da polícia. Começaram a nos prender de graça, sem motivo algum. Depois, nos traziam para cá. Geralmente, nós seis. Mas também traziam meninas. Nos deixavam pelados, jogavam nossas roupas no mato. Mandavam as meninas praticarem sexo oral entre elas e a gente (os meninos) brigar e ter relações sexuais”, conta Márcio, visivelmente constrangido.

As agressões aconteciam sem-

pre de madrugada, quando os jovens eram seqüestrados na Candangolândia e levados para a APA. Depois das torturas, tinham que voltar para casa a pé. Percorriam quase vinte quilômetros de distância, nus e molhados. O grupo é unânime em acusar policiais militares da 12ª Companhia de Polícia Militar Independente (-Cpmind), do Núcleo Bandeirante, como autores da violência. Os rapazes não sabem o nome de todos os PMs, mas se dizem capazes de reconhecê-los. Conhecem apenas o líder do grupo, o tenente Leonardo Theodoro H. Krause — conhecido por tenente Krause. Além da APA Gama/Cabeça-de-Veado, os abusos aconteciam na Sede do Ipê, um matagal próximo à estrada do Gama, e na Lagoa da Vargem Bonita, onde os garotos eram obrigados a beber água podre.

Márcio, seu irmão Manoel de Jesus de Matos Rodrigues e os amigos Emerson Silva Ferreira, Vander Rogério Adadd da Silva, Carlos Leomar Neres Borges e Carlos Cleber Lima revisitaram a APA na manhã de ontem, acompanhados pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara dos Deputados, Nilmário Miranda (PT-MG) e pelo consultor jurídico da CDH, Augustino Veit. Foram buscar

provas materiais do que denunciavam. Emerson, que começou a ser torturado ainda aos 17 anos, não precisou andar muito pelo mato para encontrar um par de botas e uma cueca deixados para trás numa das fugas.

A última madrugada de pesadelo ocorreu no dia 20 de maio de 1999. As marcas da violência estão nas costas e nádegas de Emerson até hoje. Márcio também ainda possui cicatrizes nas costas. Os dois e Vander fizeram exames de corpo de delito no Instituto Médico Legal e registraram queixa na 11ª Delegacia de Polícia, no Núcleo Bandeirante. Assim, a DP recebeu três denúncias de agressões cometidas pelo tenente Krause. Nenhuma delas foi suficiente para afastá-lo da 12ªCpmind.

No dia 27 de janeiro deste ano, o militar foi à casa dos irmãos Manoel e Márcio. “Eram três da manhã. Eu estava bebendo com (as amigas) Adriana e Telma no portão de casa”, conta Manoel. Segundo ele, o policial chamou-o para reconhecer “uns caras” que estavam na viatura da PM. “Eu fingi que ia e corri para a porta da casa. Nisso, meu outro irmão, o Mauro, acordou e saiu de cuecas”, relembra o rapaz.

Mauro tomou satisfações com

o policial e pediu para que a família não fosse incomodada àquela hora. “Ele falou para meu irmão não pagar sapo (dar bronca). Mauro o chamou de f.d.p. Ai, o tenente deu uma coronhada no pescoço do Mauro e atirou. Olhei e disse ‘Você matou meu irmão, desgraçado’. Ele também atirou em mim”, resume Manoel. Os dois irmãos foram levados, em estado grave, para o Hospital de Base do Distrito Federal (HDBF). Mauro não resistiu ao ferimento e morreu. Manoel recuperou-se bem da perfuração causada pela bala que entrou em seu abdômen e saiu nas costas.

A morte de Mauro e a tentativa de homicídio de Manoel foram registradas na 11ªDP contra Krause. “Na delegacia, ele mentiu. Disse que meu filho tinha uma arma de brinquedo nas mãos. Ficou por isso mesmo”, destaca a dona-de-casa Helena de Matos Rodrigues, mãe de Mauro, Márcio e Manoel.

PROVIDÊNCIAS

No final da manhã de ontem, os membros da Comissão de Direitos Humanos (CDH) pediram providências ao comandante-geral da PM, coronel Antônio Ribeiro. Ele admitiu já saber do homicídio de Mauro Rodrigues, mas não explicou por que Krause não fora afastado de suas funções até ontem. Ribeiro garantiu não ter conhecimento das denúncias de tortura. Por isso, determinou a instalação de um Inquérito Poli-

cial Militar (IPM), na Corregedoria da PM, para investigar as denúncias. Até que o IPM seja concluído, Krause ficará longe das ruas.

No entanto, o corregedor da Polícia Militar, coronel Renato Azevedo, informou, no final da tarde de ontem, que já há um IPM instaurado desde outubro do ano passado para investigar as acusações de tortura. “O problema é que só um dos garotos, Emerson Ferreira, depôs e identificou apenas o Krause. É necessário ouvir todas as vítimas e elas têm que estar dispostas a identificar todos os policiais envolvidos no caso”, explicou.

Para Nilmário Miranda, a decisão do coronel Antônio Ribeiro ainda não é suficiente. “O tenente tem ameaçado a família de Mauro porque eles tiveram coragem de denunciá-lo. Isso é motivo suficiente para que eu peça sua prisão preventiva”, destacou o deputado. O deputado também vai encaminhar à Câmara dos Deputados pedido de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar denúncias de torturas. De 1996 para cá, a CDH recebeu 26 denúncias de torturas ocorridas no Distrito Federal e 12 nas cidades do Entorno.

LEIA MAIS

Sobre o assunto nas páginas 2 e 3